

OFENSIVA PATRONAL CONTRA O GATILHO

O governo quer acabar com a escala móvel - o "gatilho", previsto em lei, que reajusta os salários toda vez que a inflação alcançar 20%. Mas teme a reação dos tra-

balhadores, e então acena com pretensas compensações que são insuficientes para fazer frente à alta do custo de vida. A idéia é arrochar salários para enfrentar a crise,

garantindo aos grandes capitalistas seus polpudos lucros, e sem mexer na dívida externa.

Pág.4

Defesa do salário

O governo mostra-se perplexo diante das dificuldades econômicas. As autoridades se atropelam, em particular frente à nova onda inflacionária. Anunciam num dia soluções que serão desmentidas no outro. Mas entre todas as propostas formuladas existe um ponto em comum: a preocupação em manter o ritmo de elevação dos salários abaixo do nível da inflação.

Apesar da manipulação dos índices, a inflação oficial já passa dos 20%. Mas são fortes as pressões contra o disparo do gatilho que deveria automaticamente reajustar os salários. Dizem que a escala móvel dos salários é inflacionária. E só não foi tomada, até agora, uma medida direta contra este direito dos trabalhadores devido à forte oposição da opinião pública.

Toda esta confusão reside primeiro no fato de que a política econômica adotada não vai à raiz dos problemas. Depois pela tentativa insistente dos governantes de proteger os lucros exorbitantes do grande capital mesmo numa situação de crise.

A fonte principal dos obstáculos ao crescimento industrial está na sangria desatinada de dólares para os banqueiros internacionais. Mas não os empresários, ministros e demais autoridades não reclamam de pagar juros de acordo com uma escala móvel que é determinada pelos próprios credores. Aliás não são eles propriamente que pagam e sim os brasileiros com o seu trabalho.

Em relação aos capitalistas, basta citar o caso dos bancos. Quando foi editado o Cruzado I, os banqueiros conseguiram do governo autorização para cobrar taxas sobre todos os serviços, que antes eram gratuitos, a pretexto de compensar um rendimento menor pela redução das taxas de juros. Agora os juros voltaram à casa dos 100, 400 e até 500% e os magnatas das finanças estão ganhando pelos

dois lados.

Diante desta situação, os trabalhadores não podem admitir nenhum recuo em relação aos seus salários. É inadmissível que mais uma vez se descarregue sobre os que vivem de seu trabalho as dificuldades criadas pela dependência ao capital internacional. Particularmente numa situação de altas taxas de inflação, a escala móvel é uma conquista que merece ser defendida a todo custo.

O governo fala em pacto social mas não apresenta nenhuma vantagem substancial aos trabalhadores. Pelo contrário, até ameaça substituir a escala móvel por um abono - certamente menor que a inflação - ao lado de um chamado realinhamento controlado de preços. Em bom português, um arrocho de salários acompanhado de uma subida no custo de vida.

Não que os trabalhadores se neguem a qualquer diálogo ou negociação. Pelo contrário, eles têm, até revelado uma paciência a toda prova. Mas a conjuntura exige providências enérgicas capazes de garantir o crescimento econômico, a independência nacional e a melhoria das condições de vida do povo. Isto não se resolve com demagogia e muito menos com restrições aos direitos dos trabalhadores.

Fica evidente que existem duas formas distintas de pensar sobre o encaminhamento dos problemas nacionais. As classes dominantes pretendem manter o rumo até aqui adotado, que lhes garante boa vida apesar do agravamento das dificuldades do país. Os trabalhadores e as massas populares permanecerão na linha traçada pela campanha das diretas, de luta por transformações profundas na política e na economia, por um Brasil democrático e progressista. Durante este ano este embate terá como cenário privilegiado a Constituinte, que deverá ser acompanhada por forte mobilização de massas.

Manobras para alijar o povo da Constituinte

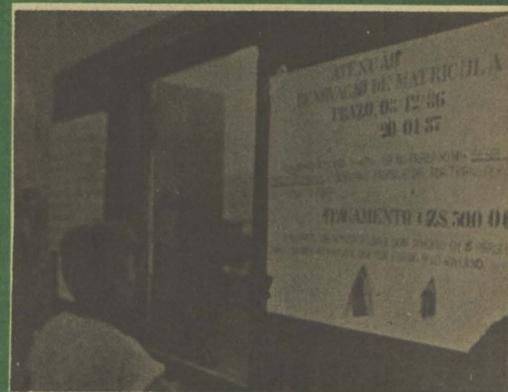
Os conservadores temem perder o controle da Constituinte e tratam de estabelecer regras que impeçam a livre manifestação das correntes populares na elaboração da Carta Magna. Pág. 3

Negociata do ministro com a TV Globo

Antônio Carlos Magalhães forçou a passagem da NEC para o sr. Roberto Marinho e obteve o contrato da Globo para seu grupo na Bahia. P.3

Moradores de cortiços na mira de Jânio

Prefeito de São Paulo manda derrubar cortiços e favelas das áreas nobres da capital e joga as famílias para a periferia. Última página



Em todo o país, aumentos superiores aos permitidos

O mau exemplo das escolas privadas

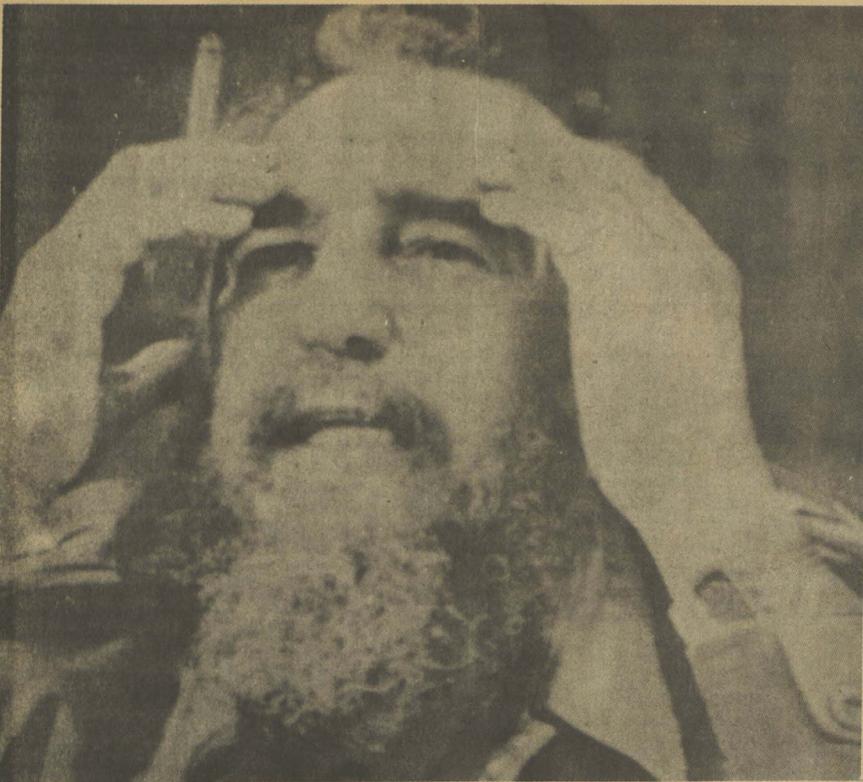
Rede particular de ensino atropela a lei e aumenta em até 100% as mensalidades. Pág.7

Funcionários querem mudanças no Metrô

Os metroviários realizaram, no último dia 15, manifestação diante do comitê do governador eleito, Orestes Quércia, protestando contra a degradação da Companhia do Metrô e a submissão dos bens públicos aos interesses privados, levada a efeito pelos atuais administradores. Os metroviários não querem a permanência dos atuais diretores da companhia no governo Quércia. Os trabalhadores resolveram não assinar o acordo salarial nos termos propostos pelo Metrô, e vão acumular forças até maio, quando ocorrerá nova rodada de negociações. Pág.7



Assembléia dos metroviários decide não assinar acordo



Fidel: sacrifícios do povo para poder enfrentar a crise econômica que abala Cuba

O pacote econômico de Fidel Castro

No início deste mês o governo cubano adotou uma série de medidas que impõem o rebaixamento dos salários e outros sacrifícios para o conjunto da população do país. O objetivo principal é ajustar a economia de forma a viabilizar o pagamento da dívida externa.

O pacote econômico de Fidel Castro contém 28 itens. Entre eles, os aumentos em 100% sobre as tarifas de ônibus e 40% sobre as da energia elétrica; majoração dos preços de vários alimentos, inclusive arroz e carne; fim do subsídio total aos refeitórios operários; eliminação da meia hora destinada ao lanche; corte de 20% no consumo de combustível em órgãos do governo e eliminação de cinco horas, diariamente, na programação de TV, a fim de economizar energia.

O governo apressou-se em explicar que as medidas são consequência da crise que o país atravessa em suas relações econômicas com o exterior, dada, entre outras razões, pela perda de receitas com as exportações (devida principalmente à queda dos preços internacionais do açúcar) e pela pressão da dívida externa. Somente aos banqueiros ocidentais Cuba deve mais de 4 bilhões de dólares. E, embora o governo não divulgue dados a respeito, calcula-se que a dívida externa para com a União Soviética oscile em torno de 20 bilhões de dólares.

O pacote visa reduzir o nível do consumo do povo para aumentar as exportações. Prevê inclusive o desvio de 10 milhões de metros de tecidos que hoje são destinados ao mercado interno para a venda ao exterior. Os aumentos de tarifas e preços têm a mesma finalidade: redução dos salários reais como meio de diminuir o consumo e criar excedentes exportáveis.

MODELO DEPENDENTE

O conjunto de medidas econômicas adotado por Fidel repete o receituário clássico imposto aos países endividados como Brasil, México, Argentina. Evidencia a espoliação de Cuba pelos monopólios imperialistas, sua dependência em relação ao capital internacional.

A revolução que varreu Fulgêncio Batista de Cuba, em janeiro de 1959, ao mesmo tempo que que despertou a admiração e o apoio de todos os povos do mundo, impulsionou grandes transformações democráticas e antiimperialistas no país. Saliu-se a nacionalização de diversas empresas estrangeiras, particularmente norte-americanas.

Porém os dirigentes da revolução não conseguiram conduzir a ilha no sentido da independência e do socialismo. O feroz cerco militar e

econômico imposto pelos Estados Unidos agravaram ainda mais a situação. Embora tenha reorientado suas relações econômicas, Cuba acabou tornando-se extremamente dependente da URSS. Sob a máscara da ajuda internacionalista, os homens do Kremlin passaram a envolver o pequeno país latino-americano em seus projetos expansionistas. A balança comercial do país com o Leste Europeu é historicamente deficitária. Parcela expressiva das exportações cubanas para o Oriente é constituída, do petróleo comprado a preços subsidiados da URSS. Em troca, o governo cubano envia soldados para combater os patriotas eritreus na Etiópia, tropas para garantir no poder os homens pró-Moscou em Angola, e concede aval político - graças ao respeito que a revolução cubana granjeou na comunidade internacional - às tropelias do imperialismo soviético, como a invasão ao Afeganistão. Ou respalda, junto aos povos, a ditadura militar de Jaruzelski na Polônia.

ESPOLIAÇÃO DUPLA

A dependência de Cuba, porém, não é só para com a URSS. Sem desenvolver uma economia dinâmica e independente internamente, o país não conseguiu libertar-se da lógica de uma monocultura de exportação (o açúcar) e ficou dependente da importação de uma série de produtos - matérias primas, tecnologia, remédios, alimentos e outros bens de consumo, comprados principalmente dos países capitalistas ocidentais. Não caminha com os próprios pés. Ou melhor, no caso da ilha, não navegam curso próprio.

O governo cubano também envolveu-se com o endividamento externo, especialmente no período de grande liquidez do sistema financeiro internacional, na década de 70. E sofre as consequências das altas incontroláveis das taxas de juros e da depreciação das relações de troca, sendo que somente entre 1975 e 1979 as mercadorias exportadas por Cuba perderam 53% do seu valor de mercado.

Durante o II Congresso do PC Cubano, ao analisar a situação dos países de economia dependente, Fidel Castro revelou como são salgadas as dívidas gigantescas:

"Aceitando as condições geralmente vorazes dos grandes consórcios bancário-financeiros; com o empe-

nho dos recursos naturais e o trabalho dos povos; hipotecando as exportações presentes e futuras; diminuindo importações essenciais para o desenvolvimento da própria sobrevivência das grandes maiorias; são saldadas, enfim, com mais dependência, mais endividamento, mais exploração e mais subdesenvolvimento".

Ironia da história: Cuba está sendo cada vez mais enleada em dificuldades econômicas que se aproximam muito do receituário de pagamento da dívida externa deplorado por Fidel no congresso de seu partido.

Porém a crise cubana não começou hoje. Já em 1982, o governo procurou os banqueiros estrangeiros para renegociar seus débitos - apesar da propaganda contra o pagamento da dívida feita por Fidel. Na época, adotou uma série de medidas visando reduzir as importações, que restringiram atividades produtivas internas, bem como o "consumo social", conforme a expressão usada pelo presidente do Banco Nacional, Ismael Morera. As metas do plano quinquenal de 1980-85 foram rebaixadas.

DRAMÁTICA SEMELHANÇA

E confirmando a análise de Fidel sobre os males da dívida (mais dependência, mais exploração, mais subdesenvolvimento), o governo promulgou uma lei que oferecia várias vantagens aos monopólios estrangeiros que quisessem se instalar no país (entre outras coisas, autorizando a "livre transferência para o exterior dos recursos relativos ao pagamento de dividendos e ou lucros líquidos obtidos", "direito de importar e exportar livremente seus insumos e produtos finais", além de oferecer mão-de-obra barata e disciplinada). Ampliou ainda mais a participação da iniciativa privada na produção (aumentando a escala de comércio livre ou economia paralela e abrindo mais 200 mercados para proprietários agrícolas). Enquanto isto, em 82 a economia experimentou um declínio de 12% em relação ao desempenho de 81.

A dependência e endividamento externo levam o povo cubano a multiplicar seus esforços no sentido de garantir o desenvolvimento econômico da ilha. Ao mesmo tempo, suas condições de vida se deterioram. Uma situação dramaticamente semelhante à dos outros países da América Latina.

Governo chinês tenta lançar descrédito sobre estudantes

Passada a maré de manifestações estudantis, o governo chinês aproveita-se para aplicar uma repressão seletiva sobre pretensos dirigentes dos protestos, onde se mesclam aspectos das lutas entre as diversas facções que disputam o poder no chamado Partido Comunista da China e no Estado.

Os indícios das brigas de facções existem. O "Diário da Libertação", de Xangai, clamou pelo expurgo de militantes e dirigentes do PC que sejam "fracos e incompetentes". Fala-se no afastamento do secretário-geral do partido, Hu Yaobang, admoestado por Deng Xiaoping, numa reunião do comitê central. Hu pediu licença do cargo por sentir-se "muito cansado"...

Deng também responsabilizou, publicamente, o vice-reitor da Universidade de Ciência e Tecnologia de Hefei, Fang Lizhi, e os escritores Liu Bibinyan e Wang Rowang, por terem enganado os estudantes que participaram dos protestos, defendendo a "ocidentalização" do país. Feng foi destituído do cargo da universidade, juntamente com o reitor, Guan Weiyuan.

Simultaneamente, a imprensa despejou uma verdadeira avalanche de matérias desacreditando os universitários. O "Diário de Pequim" foi enfático: "Os jovens cresceram num pote de mel. Sempre foram adulados e são de tal modo mimados que não toleram a menor crítica". O "Diário de Pequim", também inconformado com os protestos, afirmou categoricamente que "os últimos oito anos foram os melhores desde a fundação da República Popular da China, em 1949". E Deng Xiaoping deixou pública a sua opinião de que os atos dos estudantes foram "um erro", "um ataque da direita", semelhante aos "ataques da esquerda" no passado. Tentou minimizar o alcance dos protestos: "Só 1% dos estudantes do país tomou parte nas manifestações. Assim, não pode-



Enquanto apela ao consumismo, Deng (ao lado) tenta conter os protestos

mos considerá-las um movimento extraordinário". Disse que não vai modificar a política imposta ao país, embora admita que "temos tido problema com nosso trabalho ideológico. Não sabemos orientar direito nossos estudantes e isso é um grave erro".

DESEJO DE MUDANÇAS

Mas onde há fumaça, há fogo. Se a vida na China é tão boa quanto querem fazer crer os jornais oficiais, por que a juventude quer "subverter a ordem pública", como noticiou a agência "Nova China"?

As reivindicações levantadas pelos universitários têm cunho marcadamente democrático: liberdade de imprensa e de organização, fim da corrupção eleitoral, acesso mais amplo às universidades. Num primeiro momento, a agência "Nova China" reconheceu que por trás



do movimento estava o "patriotismo dos estudantes e suas esperanças de democracia e liberdade", embora as autoridades ameaçassem recorrer à repressão violenta "se o movimento adquirir uma proporção intolerável".

E os governantes não escondem seu temor de que os operários aderissem aos protestos públicos. Tanto que apressaram-se em divulgar que não haveria, nos primeiros meses de 1987, nova majoração dos preços de produtos de primeira necessidade.

Chirac consegue pôr fim à greve

Iniciada há quatro semanas, a greve dos trabalhadores dos serviços públicos da França praticamente terminou na semana passada, depois de provocar desgastes e ameaçar com um impasse o governo conservador de Jacques Chirac, que acabou encontrando na mobilização dos pequenos comerciantes a saída para esfriar o ânimo dos grevistas.

O movimento iniciado no dia 19 de dezembro, com a paralisação dos ferroviários, alastrou-se às mais importantes categorias dos serviços públicos franceses. Em seguida, entraram em greve os metroviários, eletricitários, portuários e, durante certo período, até petroleiros. A falta do principal meio de transporte coletivo quase leva a França a um colapso, estrangulando rodovias e ruas com um número excessivo, e ainda assim insuficiente, de carros e ônibus em circulação.

A adesão progressiva dos trabalhadores do setor público à paralisação lançou sobre o gabinete de direita a sombra de uma grave crise política, num quadro em que se chegou mesmo a especular sobre antecipação das eleições parlamentares - uma hipótese que faria do atual governo empossado há menos de um ano um dos mais curtos dos últimos anos. Apesar de temer o desgaste junto aos eleitores pela

impossibilidade de contornar rapidamente uma greve incômoda, Chirac mantinha na memória as cenas da revolta estudantil de dezembro, quando sua intransigência e sua política repressiva deram como resultado a morte de um jovem e um recuo forçado que, certamente, abalou sua imagem de "durão".

GRAVE DESAFIO

Foi nesse contexto de radicalização e ampliação da greve que o governo resolveu jogar sua maior cartada. Apelando emocionalmente aos pequenos comerciantes, bastante prejudicados em seus negócios, e ao "sentimento de usuário" da pequena burguesia francesa, os conservadores conseguiram estimular nestes setores uma disposição militante contra a greve. Um porta-voz do governo chegara até a falar na "insurreição iminente" que resultaria da escalada grevista, acusando os ferroviários de "sabotar" o sistema de

transportes, arrancando trilhos.

O apelo causou certo impacto: nos dias que se seguiram, pequenos lojistas passaram a protestar contra a "greve selvagem". A extrema-direita, encabeçada pelo deputado Jean Marie Le Pen, foi à rua atacar os grevistas, quase provocando choques. O movimento dos lojistas culminou em uma passeata pelo centro de Paris, que criou entre a população certo clima hostil aos trabalhadores.

Apesar do exagero flagrante da "insurreição" anunciada pelo governo, a verdade é que a paralisação dos serviços públicos assumiu, particularmente nas primeiras semanas do ano, os contornos de um grave desafio para o governo de direita, que viu sua imagem e sua popularidade abaladas. E, de outro lado, indicou que, para o movimento sindical, será decisivo, para o sucesso em novos confrontos, manter a característica mais marcante deste movimento: a unidade pela base das categorias, capaz de atropelar a divisão entre as cúpulas. (SQ)



Manifestação da direita contra a greve: Chirac mobilizou os comerciantes para isolar os operários

Conservadores manobram com medo da Constituinte

O predomínio de políticos de centro, pendendo para a direita, na Assembleia Constituinte eleita em novembro, aparentemente é grande o bastante para deixar tranqüilas as forças conservadoras do país. Estas porém - tal qual o elefante da fábula que se apavora ao ver um camundongo - manobram com afã, temerosas de virem a perder este controle.

Para os cérebros do conservadorismo neo-republicano, não basta ter maioria entre os deputados e senadores constituintes. Eles sabem que a correlação entre as forças no parlamento, em nosso país, é volátil (basta ver como mudou em 1983, reagindo aos decretos de arrocho, em 84, na campanha das diretas, e em 85, no Colégio Eleitoral). Em 1987, há chance de mais deslocamentos. Afinal, o Brasil já não é o mesmo de 15 de novembro. Há outras taxas de inflação, outra política econômica, outros níveis de popularidade do governo... As mesmas eleições, hoje, teriam resultado diverso.

Além disso, o setor de centro e centro-direita só predominou por ter feito certas acrobacias partidárias. A sigla claramente vinculada ao "conservadorismo civilizado", o PFL, teve desempenho modesto: baixou de 126 deputados para 120 deputados e de 24 senadores para 16. Os conservadores se reforçaram principalmente dentro do PMDB, às custas da ala peemedebista mais avançada. Porém isso gera constrangimentos para uma ação mais retrógrada, oposta às promessas do PMDB nos palanques. Assim, os conservadores não dormem sobre os louros de novembro e acautelam-se com várias manobras preventivas. Se não, vejamos:

Primeira jogada: O povo já votou e agora é a vez dos políticos

Essa visão, peça-chave de toda uma estratégia retrógrada, foi expressa por exemplo pelo professor Afonso Arinos em recente entrevista à televisão. Para o senador eleito pelo PFL do Rio de Janeiro, o papel do povo no processo constituinte foi de até 15 de novembro, com as eleições. Dali por diante, a cena pertence aos políticos eleitos. E ponto final.

Ora, o doutor Arinos, que não é criança, deve saber que o debate constituinte foi limitado a quase nada durante a campanha eleitoral. Os grandes problemas do país pouco foram tocados, pela maioria, quer no horário gratuito de TV, quer na campanha de rua. Portanto, longe de ter acabado, agora é que precisa começar a participação do povo, a legítima pressão dos cidadãos comuns e da sociedade civil sobre a Constituinte.

Segunda trama: Não dar lugar à torcida no jogo da Constituinte

O próprio uso do prédio do Congresso Nacional pela Constituinte deu lugar a uma discussão ilustrativa desse medo do povo. Como o plenário da Câmara não comporta todos os constituintes (114 deles teriam que ficar de pé), pensou-se em uma reforma nas suas dependências. Para isso foi até convocado nosso mais célebre arquiteto, Oscar Niemeyer, embora nada tenha sido feito ou decidido. Ocorre que, no tratamento do problema, apareceu uma preocupação obsessiva em diticular ou impedir o acesso do público às galerias da Constituinte.

Surgiu uma proposta de acabar com as galerias, transformando-as em de-

pendências para a imprensa. Outra de só permitir o ingresso de quem possuir convites especiais, distribuídos proporcionalmente às bancadas partidárias. Outra ainda de isolar as galerias do plenário por meio de um grosso vidro a prova de som e de choque...

Terceira manha: Muito confete e nada de debater o que interessa

A título de complemento, os órgãos de comunicação e destacadamente a poderosíssima Rede Globo de TV, veiculam uma imagem da Constituinte rigorosamente esterilizada, adocicada e inócua. O filme transmitido pela Globo mostra crianças, irmanadas e sorridentes, com faixas onde o posicionamento mais ousado é contra a "violência". Não se toca em temas como reforma agrária, dependência externa, direitos dos trabalhadores e outros que formam a verdadeira substância do debate constitucional.

Fica a nítida impressão de que, por tais meios, procura-se guardar uma distância tão grande quanto seja possível entre os clamores do povo, de um lado, e a Constituinte de outro. Esta ficaria como assunto exclusivamente dos senhores parlamentares, a ser resolvida nos tapetes acarpetados e nas confortáveis salas do Congresso Nacional. E para consumo externo ficariam as açucaramas imagens globais.

Quarta manobra: Entra em cena o lobby, dono da grana e do poder

Os conservadores não querem saber de povo, mas deixam o campo livre para os grupos de pressão dos poderosos, conhecidos como lobbies (da palavra inglesa lobby). O mais famoso é a UDR, entidade de latifundiários criada em 1985 para barrar qualquer tentativa de reforma agrária. Mas não é só a UDR. E no

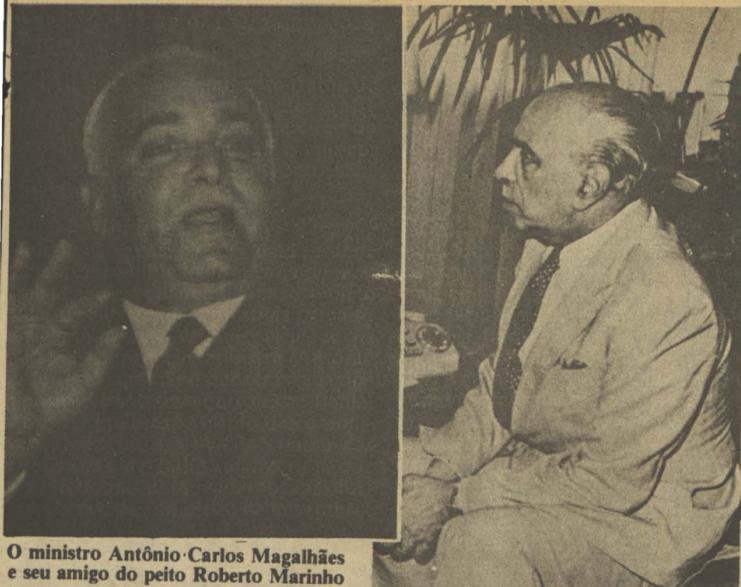
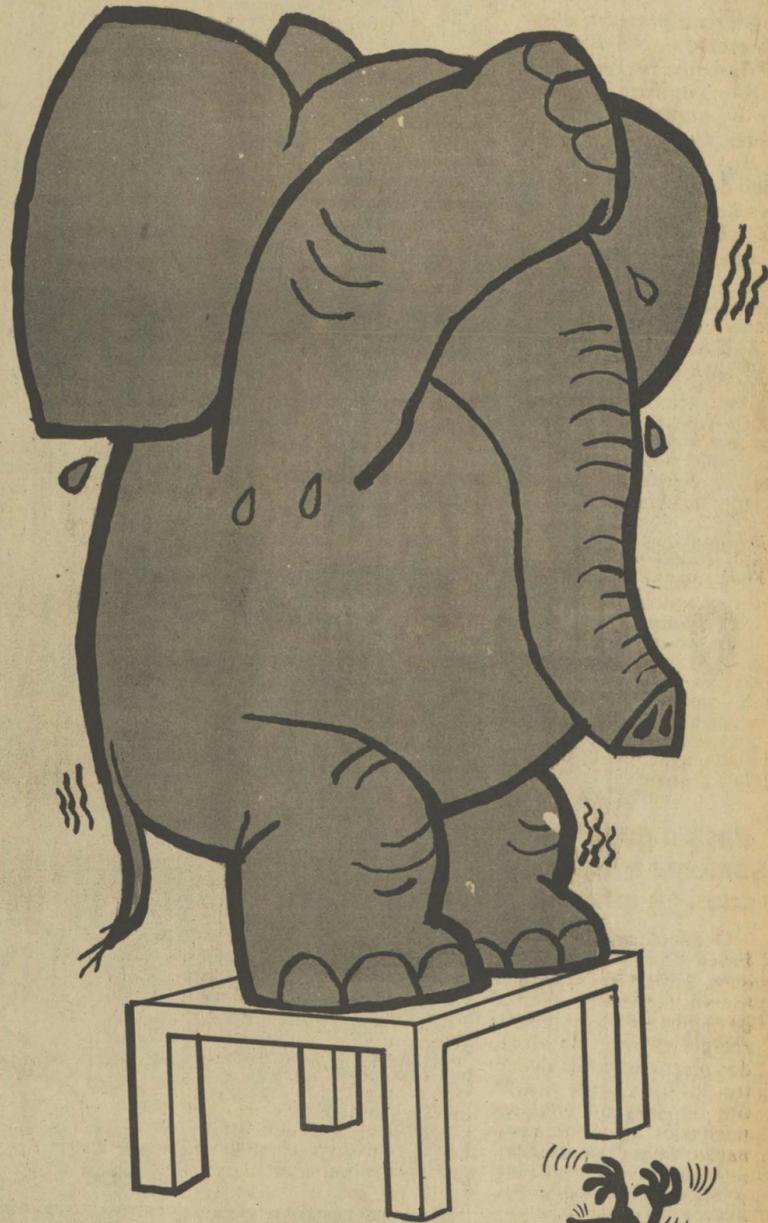
último dia 8 o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves revelava que os militares mantêm no Congresso oficiais "encarregados de fazer os esclarecimentos necessários sobre os nossos pontos de vista", agregando: "Se quiser chamar isso de lobby pode". De fato, tanto os Ministérios das três Armas como o EMFA mantêm no parlamento salas e funcionários (às expensas públicas). Mas sua função declarada é simplesmente fornecer informações aos parlamentares, sendo de estranhar que o general chame isso de lobby em favor dos "pontos de vista" da cúpula militar sobre a Constituinte.

Quinta artimanha: Regimento interno cria a figura do "deputado mudo"

O regimento interno que deverá regulamentar o funcionamento da Constituinte poderá estar pontilhado de outros truques visando favorecer o conservadorismo. Entre eles há uma proposta segundo a qual o uso da palavra pelos deputados e senadores obedeceria a cotas: cada partido só poderia fazer uso da palavra durante um tempo proporcional ao tamanho da sua bancada. Desta forma, as legendas que possuem bancadas menores ficariam confinadas em tempos irrisórios, criando-se uma categoria de deputados e senadores "mudos", impedidos, pelo regimento, de levar ao plenário as idéias que seus eleitores os encarregaram de defender.

Sexta cilada: Câmara e Senado funcionando como atrapalhadores

Outra cama-de-gato já está preparada para o próprio dia de instalação da Constituinte, 19 de fevereiro. Quando esta se reunir pela primeira vez, à tarde, já estarão eleitos, horas antes, as mesas da Câmara e do Senado. Desta forma, fica



O ministro Antônio Carlos Magalhães e seu amigo do peito Roberto Marinho

Ministro e TV Globo concluem cambalacho

Dentro de no máximo duas semanas, a bancada baiana da coligação "A Bahia vai mudar" na Câmara Federal entrega ao presidente José Sarney um dossiê completo das negociações promovidas pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, na compra da NEC, empresa de telecomunicações subsidiária da NEC Corporation, do Japão, pelas Organizações Globo, e na concessão de rádios AM e FM a correligionários na Bahia.

Principal articulador da venda da NEC pelo empresário Mário Garnero às Organizações Globo, de seu velho amigo Roberto Marinho, o ministro Antônio Carlos Magalhães conseguiu o que queria: a Globo rompeu o contrato que mantinha há 18 anos com a TV Aratu, de propriedade da família Viana (do senador Luiz Viana Filho e do deputado Luiz Viana Neto, hoje adversários políticos seus) e transferiu a programação da Globo para a TV Bahia, cujo principal acionista é o próprio ministro, que tem familiares na direção da emissora. Ficou acertado também que ao deixar o Ministério Antônio Carlos fica como vice-presidente das Organizações Globo.

Ao lado disto, o ministro tratou de distribuir concessões de rádios AM e FM, desde antes das eleições de novembro, a correligionários seus em vários municípios baianos, entre eles, Itabuna, Ilhéus e Camaçari.

Os deputados vão mostrar que tudo não passou de uma grande manobra política sob a capa de uma negociação comercial. O caso, repleto de irregularidades, prestigia o maior derrotado nas últimas eleições na Bahia, o próprio ministro Antônio Carlos Magalhães, que terá à sua disposição e sob seu controle, na Bahia, o mais poderoso veículo de comunicação do Brasil, a TV Globo, além das emissoras de rádio no interior, que serão usadas para recompor suas forças arrasadas no pleito de novembro.

O presidente Sarney recebeu os deputados baianos na terça-feira, dia 13, em Brasília. Segundo o deputado Haroldo Lima, do PC do B, o presidente disse não "ter qualquer reparo a fazer sobre o que acabava de ouvir", e pediu "elementos indicativos concretos de irregularidades" para que pudesse agir. Após esta conversa uma comissão composta dos deputados Haroldo Lima, Joaci Goes e Luiz Viana Neto responsabilizou-se pelo dossiê NEC. Outra, integrada entre

outros pelo deputado Fernando Gomes (PMDB), tratará do caso das concessões de rádios.

JOGADA BILIONÁRIA

Já foram levantados alguns dos "indicativos" reclamados por Sarney. Antônio Carlos encontrou certa resistência de Roberto Marinho em romper o contrato de 18 anos de programação com a TV Aratu. Mas viu o golpe da NEC como tábuas de salvação. Roberto Marinho estava interessado nesta transação. E Mário Garnero, recentemente envolvido no escândalo Brasilinvest, passava por dificuldades financeiras. Antônio Carlos tratou de suspender todos os pagamentos do Ministério das Comunicações à empresa e anunciou que rescindiria os contratos com a NEC até que Garnero decidisse vender sua participação majoritária (51%) na empresa. Afirmou à imprensa que Garnero era "inidôneo" para manter contratos com o governo.

Garnero cedeu e aceitou o negócio, muito especial aliás: 1 milhão de dólares pagos por Roberto Marinho por uma empresa que somente este ano deve faturar perto de 120 milhões de dólares. Para completar o trabalho, alguns dias depois de fechado o negócio, Antônio Carlos anunciou, com grande estardalhaço, um gigantesco plano de expansão da rede de telefonia no país, centralizando os contratos na NEC do Brasil, agora de seu amigo Roberto Marinho.

Em troca, Roberto Marinho enviou memorando à direção da TV Aratu, comunicando que o contrato mantido há 18 anos não seria renovado. E transferiu a programação para a TV Bahia. Além de pôr termo às negociações promovidas pelo ministro das Comunicações os deputados da coligação "A Bahia vai mudar" esperam sensibilizar o presidente Sarney para o fato de que a Bahia não se sente representada com a presença de Antônio Carlos no ministério. (Pedro Augusto, sucursal da Bahia)

A misteriosa missão Brossard

O ministro da justiça, Paulo Brossard, iniciou dia 7 e pretende concluir até fins de fevereiro uma longa peregrinação por todos os Estados da Federação. Enviado pelo Palácio do Planalto, pretende conversar com os governadores eleitos, um por um. As visitas já efetivadas, a começar por Curitiba, foram a portas bem fechadas. E a despeito de 19 governadores terem se reunido quarta-feira dia 14 em Brasília, o ministro disse que continuará batendo à porta de cada um, em particular.



O ministro Brossard: "serviços ocultos"

teor político e social mais explosivo. Brossard, que é do PMDB e portanto está mais à vontade que o peefelista Marco Maciel para atuar como braço-direito de Sarney, face aos resultados eleitorais, até cultiva o mistério de sua missão. "Os maiores serviços - disse - ficam ocultos e irrelevantes".

Leia e Assine a Tribuna Operária

Governo quer impor novo arrocho aos trabalhadores

O governo pretende eliminar a escala móvel dos salários. Mais uma vez tenta jogar o ônus do combate à inflação sobre os ombros dos trabalhadores. Cede, assim, à pressão dos capitalistas no sentido de preservar e ampliar a taxa de lucros. E, em particular, não mexe nos privilégios dos banqueiros estrangeiros.

Desnorteadas diante da crise econômica, as autoridades ainda não encontraram a fórmula de concretizar a intenção de acabar com o "gatilho" salarial, por sinal um dispositivo legal e recente. Acenam aos trabalhadores com pretensas compensações, como abono (inferior à inflação), retorno dos reajustes semestrais ou mesmo trimestrais.

Predomina entre os tecnocratas do governo a concepção de que é necessário arrochar os salários para alcançar a estabilidade econômica. O desequilíbrio entre oferta e procura, a escassez, o ágio, a queda das exportações, a pressão altista sobre os preços, tudo isto é atribuído por eles ao poder aquisitivo dos trabalhadores, que seria demasiadamente elevado face à realidade do país.

Para o governo, somente o salário causa a inflação

É este dogma que explica a investida pelo fim da escala móvel. Esta, na verdade, constitui apenas uma espécie de seguro dos assalariados contra a rebaixa de seus rendimentos. Como se sabe, o principal efeito da inflação é o de reduzir a capacidade de compra dos salários, fenômeno que o operário brasileiro experimenta dia a dia: com o encarecimento das mercadorias e o seu rendimento nominal permanecendo constante, diminui a quantidade de bens de consumo que pode adquirir. Quanto maior a inflação, conseqüentemente, maior o arrocho.

gasolina, carros e passagens aéreas, do índice que reajusta salários. Já no Cruzado 2, procurou valer-se da mesma manipulação. Não teve tanta sorte, mas regulamentou a aplicação da escala móvel de forma a descontar os aumentos reais obtidos pelos assalariados e permitir a interpretação de que o "gatilho" só poderá ser acionado uma única vez no curso de 12 meses.

Manipulações dos índices para barrar reajustes

Ao lado disto, o índice do IBGE, que hoje serve de base à maioria dos reajustes (é inclusive o que conta para a escala móvel), prima por subestimar a evolução real dos preços. E sempre inferior ao de outros órgãos como o Dieese e a Fipe.

Pelos cálculos do Dieese, por exemplo, o custo de vida em São Paulo subiu em dezembro 15,96%, sendo que a alta acumulada desde março alcançou 39,29% (vale ressaltar que o órgão não tem conseguido captar todo o ágio, registrando em relação à carne um preço de Cz\$ 56 por quilo no mês passado, quando os que são do ramo dizem que o preço realmente praticado pelo mercado esteve em torno de Cz\$ 90 o quilo).

Já o levantamento do IBGE (que praticamente ignora o ágio, trabalhando com preços oficiais) deverá indicar uma inflação de aproximadamente 7% em dezembro e um acumulado desde a implantação do Plano Cruzado pouco superior a 20%. A defasagem implica em expressivas perdas salariais.

Um técnico do Ministério da Fazenda assegurou ao jornal "Gazeta Mercantil" que as medidas de arrocho adotadas pelo governo, independentemente da



preservação ou não do "gatilho", resultarão na perda de pelo menos 10% da renda disponível dos assalariados somente no primeiro bimestre de 1987.

De acordo com o Dieese, o consumo da cesta-básica (que subiu 22,88% apenas em dezembro) requer um gasto familiar da ordem de Cz\$ 2,4 mil e, por isto, o salário mínimo deveria ser em janeiro de Cz\$ 4,9 mil para estar de acordo com a Constituição. E por todos sabido também que o atual valor dos salários reais é inferior ao que vigorava no início da década de 80. Diante desta realidade, é de se perguntar: o que explica a política adotada pelo governo?

Autoridades colocam o problema de cabeça para baixo

As autoridades argumentam que é necessário reduzir o poder aquisitivo dos trabalhadores para combater a inflação. Entretanto, desta forma colocam a questão de cabeça para baixo. Em relação ao "gatilho", para tomar um exemplo, como afirma o diretor do Dieese, Walter Barelli, é um mecanismo que evidencia "quem é o responsável pela inflação. Com o gatilho, sobem primeiro os preços para depois subirem os salários. Por isso, ninguém pode afirmar que os salários são inflacionários, mesmo porque se não aumentarem os preços não

haverá reajustes". Se a inflação fosse igual a zero o "gatilho" não seria disparado. O problema decerto não é este. A contrapartida da redução dos salários é o aumento da taxa de lucros dos capitalistas. E é desta forma que o problema deve ser colocado pelos operários, ou seja, em última instância o que está em jogo é a luta entre capital e trabalho.

Lucros fabulosos dos bancos estrangeiros ficam assegurados

Se insistir em rebaixar o valor real dos salários, portanto, o governo encarna, antes de tudo, a ofensiva da burguesia contra os trabalhadores no sentido de manter e aumentar seus lucros. Por sinal, a alta de preços sempre foi um reflexo desta pressão e do conflito que provoca.

Não se pode perder de vista que o dilema decorre objetivamente das próprias leis de acumulação capitalista no país. Mas há, aí, uma particularidade que merece ser repisada. Essa ofensiva para elevar a taxa de exploração dos trabalhadores se explica sobretudo pela necessidade de assegurar os fabulosos lucros dos banqueiros estrangeiros.

É precisamente o pagamento dos juros da dívida externa a principal causa dos desequilíbrios da economia brasileira. A alternativa de suspender o pagamento desses débitos é uma exigência nacional inadiável. Até mesmo os governadores do PMDB (partido que dá sustentação ao governo), reunidos em Brasília na quarta-feira passada, reivindicaram, textualmente, a "suspensão de parte da dívida e a limitação da transferência de remessas para o exterior por prazo a ser estabelecido".

(Umberto Martins)



Nancy (irmã de Ângelo Arroyo), José Duarte, Dyneas e Amazonas

Homenagem aos heróis da luta pelo socialismo

"Os comunistas não são cultores sentimentalistas do passado, não tratam seus mártires e heróis como santos, figuras veneráveis pelos seus atos de bondade. Mas não nos esqueçamos jamais dos que, nas fileiras da classe operária e do povo, foram fiéis até o último alento de vida à causa grandiosa da libertação da humanidade, pelo fim da exploração capitalista". Com estas palavras, João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil - PC do B - abriu o ato realizado dia 9 de janeiro, na sede do Partido em São Paulo, inaugurando os retratos de quatro dirigentes do Partido assassinados no período da ditadura fascista, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Lincoln Oeste e Carlos Danielli, além do de Diógenes Arruda Câmara, morto em 79, em razão das seqüelas provocadas por torturas.

Em sua palestra, Amazonas fez uma análise da situação política do país, lembrando que os responsáveis por aquelas violências - os generais do Exército brasileiro - continuam dando as cartas nas grandes questões nacionais, exigindo inclusive que na próxima Constituição lhes seja garantido o direito de continuarem intervindo arbitrariamente na vida política. Ao abordar o exemplo de dedicação à causa do povo de cada um dos homenageados, Amazonas destacou a simplicidade da conduta pessoal desses dirigentes aliada ao arrojo e determinação com que se atiraram na atividade política e partidária. "Arruda, Grabois, Arroyo, Lincoln Oeste e Danielli foram pessoas modestas, despretensoas, que adquiriram experiências e conhecimentos importantes no curso da militância comunista". E acrescentou: "Jamais os esqueceremos! Fica aqui o nosso compromisso de honra de seguir a trilha que seguiram, para que um dia, em nossa pátria, tremule para sempre a gloriosa e invencível bandeira do socialismo e do comunismo científico".

Na presença de muitos amigos, parentes dos homenageados, militantes e dirigentes do PC do B, Amazonas extrai as lições da experiência legada pelos que tombaram, concluindo que "apesar dos carrascos, dos opressores, o nosso povo continua e continuará lutando pelas mais amplas liberdades políticas. Mas para isso se faz necessário construir um partido de vanguarda, combativo, um

partido de ação política permanente para orientar e dirigir o povo na sua luta libertadora".

REUNIÃO DO PC do B

Na mesma ocasião, Dyneas Aguiar, secretário-geral do PC do B, anunciou que o diretório nacional do partido se reunirá em Brasília nos próximos dias 28, 29 e 30 de janeiro, com a participação dos parlamentares eleitos em 15 de novembro, além de representantes de todos os diretórios regionais. Nesta reunião será avaliado o novo quadro político que emergiu das urnas e também o conjunto de medidas tomadas pelo governo no plano econômico e social. Dyneas explica que é necessária uma análise ampla da atual crise nacional e a conseqüente definição do comportamento do PC do B.

"O governo evolui no último período e especialmente após a edição do Plano Cruzado II no sentido de contrariar os propósitos e o programa com que se comprometera no início de sua gestão. O PC do B", pondera Dyneas, "deve então firmar a linha de conduta coerente com as propostas apresentadas durante a campanha eleitoral e o conjunto das teses que o partido já lançou para a discussão na Assembléia Constituinte". A importância da reunião, segundo ele, é a definição da orientação política para os comunistas nesta nova fase da luta pela democracia e em defesa da soberania nacional. Ao lado das questões políticas a reunião deverá avaliar este ano e meio de legalidade ainda precária do partido, os avanços e deficiências no terreno organizativo no esforço de consolidação a nível nacional. O encontro, a exemplo da última reunião realizada em março do ano passado, será aberto aos jornalistas e ao público em geral.

Dyneas afirma que o PC do B, desta forma, dá outro passo rumo à efetiva legalização de sua organização. Na semana passada, mais uma vez em sua longa trajetória de quase 65 anos de existência, a organização requereu o registro definitivo do partido. "O PC do B almeja não somente os direitos conquistados por outras organizações políticas, mas a completa liberdade partidária, com uma nova lei dos partidos políticos que garanta a cada partido liberdade de organização segundo seus princípios, sua ideologia e sua política" conclui Dyneas.

O "pacto" está cada vez mais difícil

Perplexo e sem clareza sobre o caminho a seguir para enfrentar os graves problemas econômicos do país, o governo continua acenando aos trabalhadores com o canto de sereia do pacto social, cujo conteúdo permanece indefinido e vago. Na quinta-feira à tarde, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, reuniu-se em Brasília com representantes da CGT, USI, confederações dos trabalhadores e representantes do patronato, mas a expectativa era de que não seria possível chegar a qualquer entendimento (ao fecharmos esta edição a reunião ainda não havia sido concluída).

Pela manhã, o ministro do Trabalho encontrou-se com os representantes dos trabalhadores. Disse que tinha uma proposta concreta a fazer, mas só a apresentaria se os sindicalistas aceitassem participar de uma

reunião conjuntamente com os empresários, à tarde. "Foi uma imposição descabida", disse o 1º secretário da CGT, Sérgio Barroso. Ele e o 1º vice-presidente da entidade para a região Nordeste, Renildo de Souza, foram contra a participação da central no encontro proposto por Pazzianotto. "Como a maioria resolveu adotar uma posição diferente, nós nos retiramos oficialmente da comissão de negociação eleita anteriormente em uma plenária, sem, contudo, que isto signifique rompimento. No final do mês, haverá uma plenária da entidade que deve tomar uma posição mais clara a respeito deste problema da negociação com o governo", informou.

"JOGO DE CENA"

"Nós fomos à reunião de Bra-

sília para ouvir do governo uma resposta sobre as propostas que a CGT lhe entregou, que, entre outras coisas, exige a suspensão do pagamento da dívida externa", assegurou Barroso, acrescentando que "a reunião com os empresários à tarde estava fora do cronograma e praticamente nos foi imposta pelo ministro do Trabalho. Entendemos que o governo quis apenas, neste caso, realizar um jogo de cena, cujo pano de fundo foi dar aos credores estrangeiros a falsa idéia de que o país está unido para encontrar uma solução para a crise, ao mesmo tempo em que continuará pagando a dívida e buscando uma renegociação".

O 1º secretário da CGT garante que "isto não corresponde, em absoluto, aos interesses dos trabalhadores. O estado de espírito do povo, hoje, é de

indignação com o rumo que as coisas estão tomando e de frustração com a timidez do governo, que não foi capaz sequer de cumprir sua palavra e manter o congelamento dos preços nem mesmo por um ano".

Por seu turno, o governo parece confuso e incapaz de apresentar propostas satisfatórias. "Fomos atirados num abismo, do qual não sairemos sem respaldo popular", disse o ministro do Planejamento, João Sayad. Porém, para adquirir este apoio o rumo terá de ser mudado. Como falar em entendimento e, ao mesmo tempo, articular o fim da escala móvel dos salários? Como combater a crise, assegurar o crescimento da economia e caminhar para a independência real do país, ao mesmo tempo, continuando pagando um bilhão de dólares por mês aos agiotes internacionais?

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Dinheiro do PT e dos coronéis

O PT Ceará recebeu dinheiro dos coronéis para ajudar a campanha do padre Haroldo, seu candidato a governador nas eleições de 15 de novembro. O caso está sendo tratado por uma comissão de ética formada pelo Diretório Regional deste partido. Mas será que o problema é de corrupção de alguns maus elementos?

A JOGADA DOS CORONÉIS

Analisemos o problema pelo lado dos coronéis. O que leu estes chefes da oligarquia latifundiária, ultra-reacionários, a colaborar para a campanha do candidato petista? Existia uma polarização entre a candidatura democrática de Tasso Jereissati e a do reacionário coronel Aduato Bezerra pelo PDS-PFL. Uma votação de maior peso do padre Haroldo tiraria votos evidentemente do lado democrático, beneficiando a direita. Os coronéis viram isto muito bem e não vacilaram em fornecer recursos. Do ponto de vista deles era uma jogada política perfeitamente lícita.

Mas porque a direção petista recebeu o dinheiro? A acusação feita ao dirigente é simplesmente de receber o dinheiro para a campanha e não a de usar os recursos em benefício próprio. É portanto um problema de natureza política.

O raciocínio político do PT era de que como as duas candidaturas eram burguesas, a vitória de uma ou outra representava a mesma coisa para o povo. Não percebia que a derrota dos coronéis representava um avanço político importante, embora evidentemente não representasse o fim do sistema capitalista. Com base neste raciocínio míope, acabou se prestando a fazer o jogo da reação - e agora, quando o caso veio à tona, trata de desviar o assunto para o lado moral, na esperança de aplicar uma punição em algum bode expiatório e salvar a cara do PT nacional.

MIOPIA POLÍTICA

O mesmo raciocínio foi usado pelo PT em 1985 em São Paulo, contribuindo para eleger Jânio Quadros prefeito. De certa forma esta mesma linha orientava os petistas quando se abstiveram na batalha que se travava entre Tancredi e Maluf na última sucessão presidencial.

A burguesia se divide em facções. Evidentemente todas elas defendem o capitalismo. Deste ponto de vista geral são iguais. Mas na luta política é da maior importância saber distinguir os grupos e saber como explorar as contradições entre eles.

Lênin analisava com muito carinho este problema: "As divergências entre os Churchill e os Lloyd George de um lado - tipos políticos que existem em todos os países com peculiaridades nacionais infimas - e, de outro, entre os Henderson e os Lloyd George, não têm absolutamente nenhuma importância do ponto de vista do comunismo puro, isto é, abstrato, ainda incapaz de ações políticas práticas, de massas. Mas do ponto de vista dessa ação prática de massas, tais divergências têm extraordinária importância. Saber levá-las em conta, saber determinar o momento em que amadurecem plenamente os conflitos inevitáveis entre esses 'amigos', conflitos que debilitam e extenuam todos os 'amigos' tomados em conjunto, é o trabalho, a missão do comunista que deseje ser não só um propagandista consciente, convicto e teoricamente preparado, como também um dirigente prático das massas na revolução".

Para os revolucionários, as eleições servem como um processo para ajudar a elevar a consciência política das massas trabalhadoras. Para os petistas servem, seja lá como for quase que exclusivamente, para ganhar votos para o PT, mesmo que politicamente façam o jogo da direita. (Rogério Lustosa)

Por uma nova Tribuna Operária

Em discussão um novo projeto para a imprensa operária de massas

A *Tribuna Operária* nasceu em outubro de 1979, logo após a anistia, como uma defensora das idéias proletárias na luta contra a ditadura, pela liberdade e o socialismo. Neste período, ajudou a formar uma corrente de opinião pública combativa e progressista e contou com a colaboração preciosa de centenas de ativistas operários, camponeses, estudantes, jovens, intelectuais, donas de casa.

Hoje, a situação política do país, as necessidades políticas e teóricas da luta dos trabalhadores, as dificuldades enfrentadas pela imprensa, colocam como exigência transformações significativas de conteúdo e de forma no jornal, e meios mais eficazes de sustentação material. Convocamos o conjunto dos amigos e leitores a participarem do processo de discussão que deve conduzir a um relançamento do jornal, numa nova fase.

Trava-se em nossos dias uma batalha acirrada no terreno das idéias. A burguesia mobiliza recursos fabulosos nos meios de comunicação para impor o seu modo de pensar, confundir os trabalhadores, espalhar o conformismo e, sobretudo, atacar implacavelmente as concepções socialistas.

Torna-se mais do que nunca importante que a classe operária, como força de vanguarda na sociedade, conte com seus próprios instrumentos de imprensa. É indispensável um jornal nacional que aborde os problemas com base na ciência social do proletariado. Que ajude os trabalhadores a tomar consciência da falência do capitalismo e os oriente na organização e luta por uma sociedade superior, socialista.

Lênin orienta: "Com a ajuda do jornal, e em relação com ele, se irá formando por si mesma a organização permanente, que se ocupe não só do trabalho local, mas também do trabalho geral e regular, que acostume os seus membros a seguir atentamente os acontecimentos políticos, a valorizar sua significação e a sua influência sobre os diversos setores da população, a elaborar métodos adequados, que permitam ao partido revolucionário influir nestes acontecimentos". Ele compara ainda o jornal com "o andaime levantado num edifício em construção, que marca seus contornos, facilita o contato entre os diversos grupos de operários, ajuda-os a distribuir tarefas e a ver o resultado final obtido graças ao trabalho organizado".

Argumentos fortes com base em dados

Para que isto aconteça precisamos de artigos que demonstrem suas conclusões com base em dados vivos, em exemplos concretos da realidade. Muitas vezes em nosso jornal caímos na tentação de simplesmente dar opiniões como se todos tivessem que aceitá-las gratuitamente. O movimento operário não necessita de receitas de bolos mas de análises de situações concretas que, por sua importância, possam ser generalizadas.

O jornal precisa, para cumprir tal tarefa, de uma vasta rede de colaboradores fixos e eventuais em todo o país. De trabalhadores que transmitam impressões diretas da luta de classes onde eles participam, de intelectuais que estudem uma questão e ajudem a compreender sua conexão com o conjunto dos acontecimentos, de estudantes e donas de casa que denunciem injustiças por eles vividas. Precisa também aprimorar sua equipe central de redação para que aproveite corretamente as colaborações, e transforme o conjunto das informações recebidas em análises interessantes e orientadoras.

Até hoje a *Tribuna Operária* tem sido marcada por uma certa superficialidade. Isto está ligado com um problema antigo no movimento revolucionário em nosso país, que é a pouca atenção ao estudo e à elaboração teórica. Esta tendência merece um combate urgente e enérgico. A classe operária só joga enquanto classe efetivamente revolucionária quando adquire consciência socialista e segue seu partido de vanguarda. E esta consciência não nasce espontaneamente nos choques entre oprimidos e opressores. É fruto da elaboração científica. O jornal pode jogar um grande papel ajudando a levar às massas trabalhadoras a ciência marxista-leninista.

Fazer o jornal chegar ao leitor

A imprensa proletária tem também pela frente o desafio de combater as tergiversações da teoria e da política revolucionárias feitas pelos revisionistas. Como afirma João Amazonas, "ao contrário do que pensam certos intelectuais, o enfrentamento dos marxistas-leninistas com os revisionistas não é um cho-

que entre forças de esquerda, opções distintas de métodos revolucionários, mas um embate entre forças antagônicas da sociedade (...) A burguesia encontra-se emboscada atrás dos partidos revisionistas e oportunistas".

O jornal, ao mesmo tempo que trava estes combates no terreno mais geral, orienta a luta popular nas tarefas democráticas e antiimperialistas que se apresentam na ordem do dia. "Devemos expor e enfatizar nossos objetivos democráticos ante todo o povo, sem ocultar nem por um instante nossas convicções socialistas" - afirmava Lênin. Nas páginas da *Tribuna Operária* deve estar sempre presente, de forma viva, a discussão sobre a conduta a ser tomada pelas massas populares diante de cada situação, sobre os rumos da tática que permite abrir caminho, no conjunto dos acontecimentos, para os grandes objetivos revolucionários. Particular atenção merece o movimento sindical, como escola de primeira ordem para os grandes embates de classes.

Estas são preocupações básicas. Mas o debate não se encerra nisto. Estamos solicitando a todos os ativistas e amigos ligados ao jornal uma colaboração também em relação à forma de traduzir estas questões em artigos, comentários e reportagens interessantes, educativas, que chamem a atenção do leitor. Como ligar estes assuntos gerais com os fatos do dia a dia, como dispor estas matérias no jornal, com ilustrações, títulos e chamadas que orientem o cidadão comum na leitura.

Além das dificuldades de elaborar um jornal, temos pela frente dois obstáculos complicados. Como sustentar financeiramente este instrumento e como fazer chegar o produto às mãos do leitor.

A imprensa burguesa não vive da venda do jornal. O preço de capa de um jornal da grande imprensa não paga nem o papel consumido. A grande fonte de receita é a publicidade. Mas entre o capitalista que edita o jornal e o capitalista que paga os anúncios existem evidentemente interesses comuns. Seria ingenuidade supor que a imprensa operária pudesse contar com estes mesmos recursos. O financiamento do jornal do proletariado - além das vendas e assinaturas - tem que apoiar-se em promoções realizadas junto ao povo periodicamente para cobrir os déficits.

Discutir a tática em cada situação

Também na distribuição do jornal estamos nos esforçando para encontrar formas alternativas. A colocação nas bancas é importante. Mas muito dispendiosa. Este tipo de distribuição também é monopolizado por umas poucas empresas, que pressionam o jornaleiro a colocar em lugar de destaque as publicações da grande burguesia, enquanto jornais tipo *Tribuna Operária* são confinados em um canto escondido do leitor. A própria localização das bancas é dirigida principalmente para o público da classe média que, segundo o pensamento dominante, é formadora de opinião pública.

Torna-se então necessário encontrar outros processos, para levar o jornal às fábricas, aos bairros, às fazendas e povoados, às escolas. E que assegurem uma ligação estreita dos ativistas com o jornal.

Caro leitor e companheiro. Tentamos aqui balizar os problemas e convidá-lo para o debate. Ao mesmo tempo em que você e seus amigos discutem, uma comissão convocada pela direção do jornal estará estudando o assunto. As críticas e sugestões que você enviar serão bem recebidas. Esperamos que num prazo aproximado de dois meses, ou menos, tenhamos em mãos um projeto para o relançamento da nova *Tribuna*. Remeta suas contribuições para a redação.

(Rogério Lustosa)



Empresa domina a imprensa

Durante os 21 anos de ditadura, a liberdade de imprensa foi reprimida diretamente pelas burocracias. Mas é uma ilusão supor que com o fim do regime militar fica assegurado o direito de todos se manifestarem. A liberdade de imprensa no sistema capitalista é na prática a liberdade dos que dispõem de capital para investir na indústria de informação. Em outras palavras, cada dia mais, a imprensa é a expressão de interesses dos grupos monopolistas proprietários das grandes cadeias de jornal, de rádio e televisão.

Só para exemplificar, desde o início desta década, o "Jornal do Brasil", a "Gazeta Mercantil" e "O Estado de São Paulo" estão associados a um pool de bancos e empresas - entre elas o Itaú, o Bradesco, o Banco Nacional, o grupo Votorantin, o grupo Pão de Açúcar. E o sr. Roberto Marinho, que já comandava um poderoso complexo que incluía a Rede Globo, com 49 canais de TV, nove estações de rádio, um jornal, duas editoras, um centro de produção audiovisual e um centro de tele-educação, passou a ser o presidente da empresa NEC, de material eletro-eletrônico.

LEALDADE AO CAPITAL

O jornalismo fabricado por esta imprensa-empresa padece evidentemente de uma contradição insanável. Ele é capaz de noticiar uma imensa variedade de fatos em todo o mundo mas é incapaz de informar sobre a ligação entre estes fatos e o processo político e econômico que a sociedade atravessa. Ele não pode revelar que tais fatos são componentes da grande crise mundial do capitalismo, cujo desenvolvimento aponta inevitavelmente para a revolução socialista. Sua lealdade é para o capital que o comanda, não consegue ser imparcial em relação à crise da qual é parte interessada diretamente.

Enquanto isto, o jornalismo proletário procura exatamente o fio que interliga os acontecimentos, a explicação das situações. Lênin mostrava que "a consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem a tirar proveito dos fatos e acontecimentos políticos concretos e de atualidade viva para observar cada uma das classes sociais em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprendem a aplicar praticamente a análise e o cri-

tério materialistas a todas as formas de atividade e de vida de todas as classes e grupos da população".

O domínio dos monopólios sobre a imprensa, por trás da diversidade de formas, leva à padronização do conteúdo. Assim, a grande imprensa é unânime em condenar qualquer iniciativa concreta no sentido da reforma agrária. Da mesma forma, é geral a oposição aos reclamos da nação de suspender o pagamento da dívida externa. Quando estas questões aparecem, extensos editoriais apelam para o "bom senso", refletindo o temor da burguesia em relação a qualquer iniciativa radical. Em relação à greve geral do dia 12 de dezembro também foi impressionante o esforço da burguesia em fazer crer que o movimento foi um fracasso. Os canais de televisão e os grandes jornais vergonhosamente omitiam os dados concretos que mostravam o alcance nacional da paralisação e repetiam obstinadamente que "foi um fracasso". Também ficou evidente o peso do grande capital na opinião dos jornais quando surgiu a candidatura de Antônio Ermírio em São Paulo. A imprensa burguesa transformou qualquer suspiro do candidato em grande acontecimento. Explorou os mínimos detalhes para promover o seu nome. Transformou-se na prática em boletim de campanha. Era grande o interesse dos monopólios na vitória do patrão da Votorantin.

CONTROLE MUNDIAL

O monopólio da burguesia sobre a informação é um fenômeno mundial. Na América Latina, dois terços das notícias do continente para o resto do mundo, dos outros continentes para a América Latina e no seu próprio interior - são controladas pela UPI e AP, duas agências norte-americanas. E avalia-se que em todo o mundo, 65% das notícias são elaboradas nos Estados Unidos.

Para se ter uma noção da importância dada pelo grande capital monopolista à formação da opinião pública mundial, basta lembrar uma frase do presidente de uma das subcomissões da Câmara de Representantes do Congresso dos EUA, D. Fessel: "Para dar resposta ao desafio que nos foi lançado, as palavras e idéias são tão importantes quanto o pão e os canhões".

Associação de moradores conquista linha de ônibus

Uma das linhas de ônibus que servem a nossa comunidade, a linha Floresta servia também a outros bairros, todos os dias e noites durante a semana, para aumentar o lucro do patrão.

Era uma situação muito incômoda para nós, moradores, que vínhamos cansados do trabalho e, já perto de nossos lares, éramos obrigados a viajar até a comunidade vizinha para deixar os moradores daquele bairro.

No dia 15 de julho, a nossa associação convocou uma assembléia, com a presença da Empresa Metropolitana de Transportes de Recife, para reivindicarmos, em abaixo-assinado, o desmembramento das linhas Floresta e Jardim Uchoa. Lutamos durante exatamente cinco meses, pressionando a empresa e a secretaria. Mais uma vez experimentamos a importância de uma associação de moradores direcionando a força de uma comunidade.



No dia 20 de dezembro, o ramal 224 (Floresta - Jardim Uchoa) foi desativado. No mesmo dia o povo do Barro

teve o prazer de ver em faixas e cartazes o resultado da perseverança, a divulgação de mais uma conquista que

também ajudou a comunidade vizinha. (Moradores do Barro - Recife, Pernambuco)

Só não viu a greve geral de dezembro quem não quis mesmo

A greve geral de 12 de dezembro envolveu toda a nação, direta ou indiretamente, com repercussão internacional. Que se consulte a imprensa imparcial,

os governantes sérios, os sindicalistas responsáveis, os operários etc., sobre o maior movimento paredista que tivemos no país nos últimos anos.

Não se pode negar a união, ainda que momentânea, de sindicalistas de diferentes matizes, de operários simpaticistas de diferentes partidos. E isso logo após a

abertura das urnas, que mostrou a esquerda perdendo força e terreno para o centro e centro-direita, ao mesmo tempo em que votos brancos e nulos expressavam o descontentamento popular.

O governo - achando-se respaldado pelos votos - mostrou sua verdadeira face: agora arrocha salários, desmoraliza o congelamento, se curva frente ao capital estrangeiro. Como se não bastasse, coloca os tanques na rua para reprimir o povo. Enquanto fecha os olhos para o assassinato de camponeses que querem trabalhar, o governo importa café, carne, leite etc.

A cantilena de pagar a dívida e desenvolver o país mas não com a miséria do povo permite que se entenda como povo apenas os parlamentares eleitos e os biônicos lá encastelados. Tanto que dedos e senadores tentaram aumentar seus vencimentos em 110%!

Numa avaliação modesta da greve geral podemos dizer que contribuiu para elevar a consciência dos trabalhadores num movimento político contra o pagamento da dívida externa; ampliou-se a unidade do povo. Quem não reconheceu a greve ou é míope politicamente ou tem interesses antipopulares. (Galdino Mesquita - Várzea Paulista, São Paulo)

Neste número um leitor de Recife relata a conquista de uma associação de bairro. No caso, uma linha de ônibus direta, que não desse uma volta excessiva. Uma conquista aparentemente pequena e localizada. No entanto ela aponta um caminho justo de luta: unidade do povo e persistência da entidade. Os moradores aprenderam que juntos, organizados e conscientes do que exigiam tinham muito mais força.



fala o POVO

Assim como essa, dezenas de outras conquistas populares ocorrem a cada dia, ajudando o povo a se organizar e se preparar para lutas maiores e mais importantes. Mande a sua experiência. Esse espaço em nosso jornal é dedicado precisamente para este fim.

(Olivia Rangel)



Demissões aumentam nas empresas têxteis

1986 foi um ano de excelente produção em todos os setores industriais e no setor têxtil baiano não foi diferente.

Durante todo o período os trabalhadores foram sobrecarregados no trabalho, não existiram estoques e as máquinas não pararam.

Porém, apesar deste fato e de todas as empresas na Bahia serem maduras e possuírem quadros de pessoal aparentemente estáveis, é assustador o número de demissões. Por mais variadas que sejam as justificativas, algo de errado existe e precisa ser combatido.

Sabemos que em algumas empresas ocorre um certo número de pedidos de dispensa. Já em outras as dispensas são realizadas em função de represálias. Quem sai ganhando é o empresário, que contrata novas pessoas

pagando menos, além de eliminar companheiros que se destacam nas lutas e de jogar fora outros tantos que apresentam sinais de doenças profissionais em consequência das precárias condições de trabalho.

Algumas empresas aparecem como "boazinhas" ao demitir quem demonstra interesse em sair. Desta forma contribuem para aumentar a rotatividade da mão-de-obra. E como se isso não bastasse, ao contratarem novos funcionários não lhes dão o devido treinamento. Tal irresponsabilidade tem provocado sérios acidentes, como o companheiro da Cofabi que perdeu um dedo. E outro na Stella Azzurra que morreu na fábrica. O total de demissões na categoria foi de 566 trabalhadores no ano passado. Precisamos reagir. Vamos à luta! (Sinditêxtil - Salvador, Bahia)

O congelamento sumiu e a exploração cresceu

Aqui em Pedreiras, em fevereiro do ano passado o quilo de carne custava Cz\$ 20. Agora custa mais de Cz\$ 50. Os empresários compram grandes quantidades escolhendo o melhor. Os pobres não podem comprar porque os açougueiros se negam a pesar um quilo. Além disso, recebendo Cz\$ 24,52 por dia de serviço fica impossível comprar carne. É preciso trabalhar dois dias para ter acesso a um quilo.

Todos os produtos estão sendo majorados e o povo não conta com apoio das autoridades. O prefeito, por exemplo, preocupa-se apenas com seus interesses pessoais e deixa a cidade por conta da irresponsabili-

dade e do desrespeito à lei.

Minha esposa recebeu de uma rede de supermercados local um aerograma avisando que a partir de dezembro último a taxa de juros passaria a ser de 5% sobre compras no prazo de 30 dias. Isso é justo num país onde o salário mínimo é de Cz\$ 804?

O governo deveria saber que em cidades pequenas o comércio compra grande parte das remessas de gás de cozinha e revende abertamente com ágio. Os hospitais recebem requisições assinadas pelos médicos e carimbadas pelo INPS e mesmo assim cobram "por fora" as despesas referentes a consultas e exames. (Daniel Lisboa da Silva - Pedreiras, São Paulo)

África guerreira

O continente negro está em chamas clamando pela vitória final vive momentos decisivos numa ebulição revolucionária capaz de transformar nesta luta a sociedade na África guerreira

Ali o opressor domina de forma selvagem através do apartheid. Mas agoniza, sentindo que seu fim está próximo.

Ali a fome subjuga e martiriza ali os famintos e sedentos sem esperanças são vítimas de oligarquias

e superpotências. O povo do continente negro é um verdadeiro herói desta tragédia humana

A irresponsabilidade assassina dos poderosos não cala a voz contra o arbítrio insano

Ao mártir que tomba se juntam outras vozes dispostas a lutar contra a fome e a discriminação

(Antônio da Silva Ortega - diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo-SP)



Projeto ameaça índios Yanomami

Foi lançado recentemente pelo Conselho de Segurança Nacional, com envolvimento direto das Forças Armadas, o conhecido "Projeto Calha Norte", em nome do desenvolvimento e da segurança da Amazônia. Esse projeto traz, de início, a militarização da região e, aqui em Roraima, o Exército (com um pelotão de 70 homens) ocupará a região fronteira com a Venezuela, habitada por índios Yanomami (muitos ainda sem contato com o homem

branco). O "Calha Norte" surgiu de grupo de trabalho interministerial com a participação e coordenação do Conselho de Segurança Nacional. O governo afirma que o projeto visa desenvolver o Estado do Amazonas e os Territórios de Roraima e Amapá. O governo do Território deu pulos de alegria e todos que defendem a aculturação dos povos indígenas seguiram o mesmo caminho. A Igreja, através da regional norte da CNBB expediu

nota contrária ao projeto. Vários estudiosos e artistas já se colocam contra o mesmo. Mas o espantoso é que a carapuça caiu e a própria Funai, que se diz defensora dos índios, é a favor do projeto.

Na prática o "Calha Norte" visa aniquilar a cultura indígena, principalmente dos Yanomami. Já se fala num processo semelhante ao que ocorreu com os Waimiri-atróari - um grande massacre provocado

pelo Exército, que até bombas jogou dos aviões sobre aquele povo.

Embora seja importante a exploração das riquezas da região, o projeto "Calha Norte" vem dizimar os índios e abrir espaço para as multinacionais explorarem as riquezas; mais uma vez nada será revertido para resolver as precárias condições de vida do povo de Roraima

(Tribuneiros de Roraima)

Contra a pena de morte no Chile!

As entidades e personalidades abaixo-assinadas repudiam a sentença de morte aplicada pelo Tribunal Militar do Chile a Hugo Marchant, Jorge Palma e Carlos Miranda, acusados de participação no atentado que matou o general Carol Urzua em 1983. Exigem acesso a ampla defesa para Victor Diaz, Arnoldo Bejar, Juan Moreno, Lenin Fidel

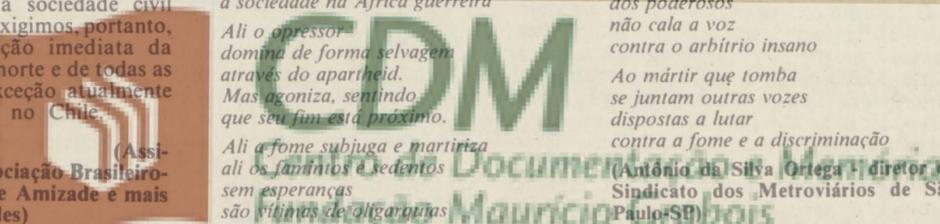
Jorge Gonzales, detidos como responsáveis pelo atentado ao general Pinochet e na iminência de serem condenados à mesma pena.

Até quando ficaremos calados diante da opressão infligida ao povo chileno? O estado de sítio vigora desde 7 de setembro. Só no primeiro mês de sua vigência ocorreram seis mortes, 51 denún-

cias de tortura, 185 casos de amedrontamento, 13 seqüestros 15 ocupações militares, 369 detenções individuais, 189 massivas e 1.214 coletivas. Entendemos que a Lei Antiterrorista constitui uma violação ao direito à vida, consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e ratificado pela Constituição Chilena de 1980. O chamado "estado de

perigo de perturbação para a paz interna" impede a mobilização da sociedade civil chilena. Exigimos, portanto, a revogação imediata da pena de morte e de todas as leis de exceção atualmente em vigor no Chile.

(Assinam: Associação Brasileiro-Chilena de Amizade e mais 21 entidades)





Escolas particulares: os constantes aumentos fecham as portas para os trabalhadores

“Desobediência civil” na rede particular de ensino

Oferecendo precárias condições de ensino e enfrentando problemas há vários anos, as escolas particulares apelam agora para a “desobediência civil” e, sem qualquer amparo legal, aumentam as mensalidades em até 100%.

Embora contemplados pelo Ministério da Educação com a possibilidade de reajustarem as mensalidades dos alunos em até 55,25%, os proprietários de escolas particulares de todos os graus aceleraram, na semana passada, uma série de pressões para impor na prática um aumento ainda maior. Engrossaram assim a campanha desenvolvida pelos empresários para liquidar o pouco que ainda resta de controle sobre os preços. E foram ofensivos. O presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEM), Roberto Dornas, serviu-se de frequentes entrevistas à imprensa para ameaçar com o “lock-out” de 35 mil escolas, enquanto dois bispos católicos, D. Benedito Ulhoa

Vieira e D. Antônio Cheiuche, anteciparam a formação de um “lobby” para pressionar a Constituinte em favor dos interesses das escolas particulares, entre elas as da Igreja.

MANOBRAS ILEGAL

Ainda na semana passada, inúmeros colégios e faculdades de S. Paulo aumentaram o valor das matrículas em até 100%, ainda que sem qualquer amparo legal. E um conjunto de anúncios comerciais repetidos insistentemente durante o horário nobre nas principais redes de televisão de S. Paulo, todos pagos pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado, fazia propaganda dos principais argumentos usados para justificar a iniciativa: primeiro, o de que é necessário pagar um salário digno aos professores; segundo, o de que é preciso garantir a existência das escolas particulares, condenadas a fecharem as portas devido a supostas dificuldades causadas pela política de preços do governo.

Estes argumentos, foram rechaçados pelos professores. Falando à **Tribuna Operária**, o professor Augusto César Petta, presidente do sindicato da categoria em Campinas (SP), lembrou que as vantagens frequentemente obtidas pelas escolas no preço das mensalidades jamais resultaram em benefício para os mestres. Ressaltou que em Campinas um dos estabelecimentos que está obrigando os estudantes a pagarem matrículas com 100% de aumento oferece aos professores o irrisório salário médio de Cz\$ 22,00 por hora-aula. Desde março a categoria não teve qualquer aumento, e nas negociações salariais em curso os donos de escola ameaçam conceder reajuste salarial equivalente a, no máximo, 2/3 do índice de aumento de mensalidade cobrado dos estudantes.

As lideranças estudantis, destacam outro aspecto do problema. A presidenta da UNE, Gisela Mendonça, entregou a técnicos dos Ministérios da Educação e da Fazenda um estudo que demonstra que os gastos dos universitários com mensalidades escolares chegam muitas vezes a 40% do valor de seus salários. “Se somarmos o valor do transporte para escola e da refeição - diz ela - chegaremos à conclusão que o ensino em escolas particulares torna-se cada vez mais inviável para um grande número de jovens”.

Vários dados parecem confirmar a tese de Gisela. A última edição (1985) do Anuário Estatístico do Brasil revela que, apesar do aumento da população, o número de matrículas em escolas particulares de todos os níveis empacou e mesmo diminuiu, em alguns casos, desde 1982. E pior ainda: nos últimos tempos têm-se avolumado as denúncias contra as péssimas condições de ensino e as graves irregularidades que ocorrem na grande maioria dessas escolas, envolvendo práticas que vão desde o não cumprimento dos currículos mínimos, a falta de professores em número suficiente e a precariedade das instalações até a existência de cursos “vagos” (com aulas apenas aos fins-de-semana) e a venda de diplomas.

ENSINO E CONSTITUINTE

É a própria presidenta da UNE quem arremata: “As escolas particulares tiveram seus anos de ouro no tempo dos militares. Hoje, tudo aponta para um sentido oposto às pretensões dos bispos que querem fazer o ‘lobby do ensino pago’ na Constituinte. Para conquistar uma educação de melhor qualidade, mais democrática e aberta a parcelas mais amplas da população é preciso que a nova Constituição consagre a tese do direito ao ensino público e gratuito em todos os níveis para todos os cidadãos; que fiscalize severamente e impeça os abusos praticados pela rede particular; e que indique uma política de expansão acelerada do número de vagas nas escolas públicas”.

Mobilização dos metroviários por salários

Os metroviários da capital paulista, descontentes com as negociações salariais com o governo do Estado, iniciaram nesta semana um intenso processo de mobilização na base. Nesta nova jornada de luta, estão previstas a abertura dos bloqueios do Metrô para os aproximadamente 1,6 milhão de usuários, a realização da “operação padrão” em todas as áreas da empresa e uma manifestação junto ao governador eleito.



A campanha pelo abono, em abril de 86: agora a vitória

A decisão de encaminhar essas formas de pressão foi tomada no dia 6. Os metroviários rejeitaram a proposta de acordo salarial elaborada pela empresa, que prevê aumentos que variam de zero a 15%. Segundo pesquisa do sindicato, a maioria esmagadora da categoria, se aceitasse a proposta, receberia reajustes de 2 a 4%, “o que é uma migalha salarial”. Por outro lado, a diretoria da entidade também critica a postura do Metrô, que além de ter prolongado as negociações ainda recuou em sua proposta inicial de acordo - que falava em aumentos de 10 a 23%.

As negociações entre o sindicato e a companhia começaram em novembro passado. A categoria reivindicava a redução da jornada na linha do Metrô de 42h30 semanais para 37h20; aumento salarial real de 16%; criação de uma política de recursos humanos que valorize a profissão; e equiparação salarial do pessoal operativo dos terminais do aeroporto com os que exercem funções similares em outros setores.

O Metrô não deu nenhuma resposta concreta às reivindicações: Disse apenas que havia enviado um estudo à área econômica do governo, prevendo aumentos de 10 a 23% nos salários. Como forma de obter uma resposta definitiva do governo, no dia 5 de dezembro mais de 2 mil metroviários se concentraram em

frente ao Palácio dos Bandeirantes. Na ocasião, o secretário de Estado, Bresser Pereira pediu prazo de uma semana para responder às reivindicações - o que não cumpriu. E na semana passada, o Metrô apresentou uma proposta de acordo ainda abaixo do previsto no estudo inicial.

Wagner Gomes, que é membro da comissão de negociação do sindicato e encabeçador da Chapa I (ver box), acha que a empresa “está querendo brincar com a categoria”. Para ele, “a categoria já deu inúmeras demonstrações de sua força e de sua consciência. Não vamos cair em nenhuma provocação do Metrô, mas também não aceitaremos calados esta política de degradação da empresa. Além das quatro reivindicações, também exigiremos do governador eleito o fim do continuísmo na direção da companhia. Se for necessário, faremos uma nova greve...”

VITÓRIA DO ABONO

Para reforçar a mobilização da categoria, na semana passada uma notícia caiu como uma bomba. Em primeira instância, a Justiça do Trabalho decidiu condenar o governo do Estado a pagar os 26% de abono salarial reivindicados pelos metroviários na greve do início do ano passado. Além do abono, o Metrô deverá pagar os juros, correção e o retroativo até março de 1986.

Estudantes prometem lutar

O tesoureiro da UNE, Vítor Palmeira, informou à **Tribuna Operária** que é possível esperar uma mobilização mais efetiva dos universitários contra os reajustes abusivos pleiteados pelas escolas particulares com início no dia 14. A UNE e a UEE do Rio de Janeiro convocaram para aquela data uma reunião dos diretórios acadêmicos que representam os estudantes de escolas pagas daquele Estado, onde tem havido lutas e vitórias contra os preços das mensalidades. Vítor informou ainda que a UNE está orientando os estudantes de todo o país a não concordarem com qualquer aumento acima de 20%, valor do reajuste a ser pago aos professores quando disparar o gatilho salarial.

Entre os secundaristas, há sinais importantes de mobilização no Ceará e em Alagoas, segundo o tesoureiro da UBES, Cléber Santos.

Tanto universitários como secundaristas têm se defrontado, em alguns casos, com direções de escolas que, incentivadas pelos sindicatos patronais, reajustam as mensalidades com base em índices superiores inclusive aos liberados pelo MEC, sem que tenha havido até o momento qualquer reação por parte dos órgãos fiscalizadores. Nessas situações, a orientação da UNE e da UBES é para que os estudantes não paguem a matrícula, e denunciem amplamente a irregularidade à população.

Esquenta a campanha eleitoral

Ao mesmo tempo em que se mobilizam por melhorias salariais, os metroviários também esquenta os motores da campanha eleitoral no sindicato - com o pleito marcado para os próximos dias 4, 5 e 6. Na sexta-feira, dia 9, mais de 500 funcionários do Metrô participaram da festa de lançamento da Chapa 1, **Trabalho e Luta**.

Na oportunidade, Wagner Gomes, encabeçador da Chapa 1, ressaltou que a chapa pretende dar continuidade ao conseqüente trabalho sindical desenvolvido até aqui e avançar ainda mais na construção de um sindicato combativo, democrático, unitário e enraizado na base. Ele também enfatizou as duas prioridades da reta final da campanha: visitas às áreas do Metrô e formação de núcleos organizados de apoio à Chapa 1.

CATEGORIA ACREDITA

Por sua vez, a Chapa 2, que é fruto de uma estranha aliança da CUT com o PCB, mudou a tônica de sua campanha nesta semana. No início, ela tentou atacar a atual diretoria, taxando seus dirigentes de “mandões” que pretendiam partidizar o sindicato. Só que esta propaganda não encontrou eco na base. Em vários setores da empresa, os membros da chapa oposicionista foram criticados pelo “baixo nível” de sua campanha.

Sem condições de negar a combatividade da direção sindical, a Chapa 2 passa agora a agir de uma própria base. Tenta minimizar as lutas e conquistas da categoria, afirmando que ela está “cansada e desgastada”. Entretanto, essa propaganda surgiu em péssima hora - exatamente no momento em que a Justiça obrigava o Metrô a pagar o abono salarial de 26% e mais o retroativo - o que foi fruto de mais uma luta vitoriosa dos metroviários no início do ano passado.

Para Maurício Pereira, integrante da Chapa 1, a campanha da oposição entrou em rota de colisão com a categoria. “De adversários da nossa chapa, eles passaram a adversários dos metroviários”, comenta. Segundo ele, “os membros da Chapa 2 sempre estiveram ausentes nas lutas dos metroviários e não têm autoridade alguma para fazer críticas ou menosprezar as nossas vitórias, que são muitas”. Ele cita como exemplos a conquista do adicional de



Wagner, da chapa 1, Trabalho e Luta

periculosidade, a redução da jornada de trabalho em várias áreas do Metrô e agora o abono. Por último, ele denuncia: “Com esta propaganda mentirosa, a Chapa 2 faz o jogo da direção da empresa”.

APOIO INCÔMODO

Esta denúncia é confirmada pelo incômodo apoio que a chapa da CUT-PCB recebeu na semana passada. O gerente de Recursos Humanos do Metrô, Joaquim Pereira Filho, manifestou numa reunião com cerca de 20 funcionários do corpo de segurança da companhia que votará na Chapa 2. Em outra ocasião, este mesmo gerente que é muito mal visto pela categoria - já havia deixado claro seu interesse de pôr abaixo a atual diretoria do sindicato. Foi durante a greve de três dias pelo abono, realizado no início de 86. Textualmente, ele disse: “Quando o PT dirigia o sindicato não havia esse tipo de conflito”...

Esse apoio desmascara a alardeada combatividade da Chapa 2. Afirma o gerente de Recursos Humanos e conhecido por sua prática antisindical. Ele é tido na categoria como um dos principais responsáveis por inviabilizar as negociações salariais. Além disso, durante sua gestão ele aprofundou o processo de destruição da gerência de recursos humanos, que é uma área fundamental para a valorização profissional dos metroviários.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53. Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TI OBR.

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Otília Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928. 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44. 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paraíba: Rua Marchal Desobry, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70362. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408 - 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Curitiba: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152 - 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 933 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. CAMPINA GRANDE: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comandador Fontana, 88. Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206 - 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236. CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55500. Recife: Rua do Sossinho, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Rua Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Cuiabá: do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeira: Av. Floresta da Cunha, 1235, sala 20 - aberto depon. das 18 horas e acabados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746 - A - CEP 96200. Ujuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1ª de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravá, 448. Fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 531 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz dos Campos, Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Osiedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito. Litarte Fotolitos Ltda. Fone: 35.9718. Imprensa Cía Jorpes. Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

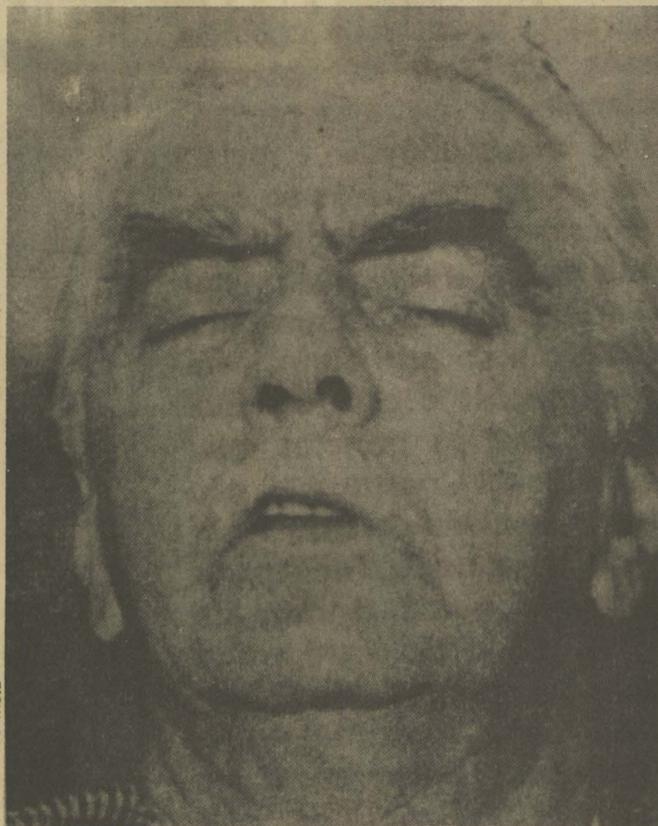
Já a venda Príncípios nº 13

São Paulo fica pior com Jânio na Prefeitura

São Paulo piorou com Jânio Quadros na Prefeitura. O transporte está mais caro e pior, os impostos aumentaram, favelados e encortiçados são expulsos do centro, numa lista enorme de iniquidades. Nem mesmo os janistas defendem a gestão mediocre do prefeito, que não cumpriu nada do que prometeu. Pesquisa recente mostrou que 40% dos paulistanos consideram sua administração péssima ou ruim.

Jânio se elegeu em novembro de 1985 em cima de uma bem montada campanha publicitária, prometendo segurança e grandes obras na cidade. Com isso o candidato financiado pela direita angariou uma expressiva parcela de votos da periferia, permitindo sua ascensão à Prefeitura. Bastaram apenas alguns meses de mandato para que diversos segmentos da população - particularmente os mais humildes - sentissem na pele a fúria janista. Marreteiros foram escuraçados do centro, os idosos estiveram ameaçados de perder o direito ao passe gratuito nos ônibus; motoristas e cobradores foram demitidos por causa da greve; favelados e encortiçados estão sendo despejados e muitos outros casos.

A tão propalada segurança apregoada pelo ex-presidente, ficou apenas na retórica - como era de prever, pois não se tocou na sua origem, a extrema miséria da população. A criminalidade cresceu no ano passado. Em São Paulo ocorreram um assassinato, 12 furtos e cinco assaltos por hora. A Guarda Municipal, que foi criada



Jânio: visão míope de como administrar os problemas de uma capital

em meio a um estardalhaço, hoje funciona precariamente com um efetivo de 1.100 homens, protegendo pouco o patrimônio e já fazendo prisões irregulares.

Um outro setor que piorou sensivelmente em 1986 foi o serviço de ônibus urbano. Enquanto o

número de passageiros aumentou, mais de 600 ônibus da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) ficaram fora de circulação por falta de manutenção. O Sindicato dos Motoristas acusou o prefeito de estar sucateando a CMTC para beneficiar

as empresas particulares de transporte coletivo.

Motoristas e cobradores de ônibus, forte reduto do janismo durante as eleições, não escaparam às ameaças do prefeito, que chegou a pedir intervenção do exército durante a greve que eles fizeram em setembro. Nos últimos dias do ano a Prefeitura disparou um outro petardo contra os passageiros, aumentando o preço das passagens em 133%, num total desrespeito ao congelamento.

40% acham desempenho do prefeito péssimo

Na área de saúde não houve nenhum acréscimo de hospitais, prontos-socorros ou ambulatórios da rede municipal. Faltam médicos, enfermeiros, remédios básicos e alimentos aos doentes. As ligações das redes de água e esgoto não cresceram no mesmo ritmo do aumento da população. Se há falta de verbas para tocar obras de interesse social, isto não impede Jânio de apresentar seus planos megalomaniacos. Ele pretendia construir um conjunto urbanístico ao longo de 18 quilômetros das margens do rio Tietê - Projeto Tietê - no valor de 2,5 milhões de dólares, onde deveria funcionar a Prefeitura. Devido à reação popular foi engavetado.

A maioria dos que votaram no "homem da vassoura" hoje estão arrependidos. Uma pesquisa da "Datafolha" constatou que 53% dos consultados acham que Jânio não cumpriu nada do que prometeu quando era candidato e 40% consideram o seu desempenho péssimo ou ruim.

(Domingos Abreu)



Eles dizem que seu trabalho dá condições de vencer a S. Silvestre

Vida de lixeiro, uma maratona por dia de serviço

Na semana passada os funcionários da Enterpa, que presta serviços de coleta de lixo à Prefeitura de São Paulo, entraram em greve por melhorias salariais. O movimento trouxe à tona as precárias condições de vida e de trabalho desta sofrida categoria, cujos serviços são tão necessários à comunidade, mas que ganha em média pouco mais que o salário mínimo.

"A gente não vive, sobrevive". O desabafo é de um varredor da Enterpa, que reúne 1.200 trabalhadores. Preferindo não se identificar para não perder o emprego, ele relata: "Trabalho desde os 12 anos. Agora estou casado e tenho um filhote de quatro. Estou nesta função há 10 meses e espero sair logo, porque o trabalho é duro demais. Esta greve não foi surpresa. Começou aqui e depois se espalhou pela Vega Sopave e a Cavo. Em todas elas trabalhamos em péssimas condições. Varia um pouco mas é de ruim para pior".

De fato a Enterpa não passa de uma verdadeira garagem, com um banheiro "muito vagabundo" para os homens e nenhum para as 22 mulheres que trabalham na empresa. Nem um lugar para sentar, um canto para reunião, descanso ou almoço. Apenas um grande pátio vazio e sujo que desestimula qualquer conversa mais prolongada.

Na verdade o papel destas empresas é o de entreposto: contratam o trabalhador e depois negociam com a prefeitura o preço. Em média elas (perto de 500 espalhadas pela cidade e empregando um total de cerca de 120 mil trabalhadores) têm que recolher 9.900 toneladas de lixo por dia. São comparáveis aos "gatos" que contratam os serviços dos bóias-frias.

As empresas são como "gatos", só exploram a gente

Os trabalhadores que recolhem o lixo nas residências correm o dia inteiro jogando os sacos de lixo nos caminhões. Cada caminhão tem que carregar no mínimo 15 toneladas de lixo por dia. Essa é a triste "produtividade" das empresas. Como afirmou um motorista da Enterpa, "esse pessoal está pronto para ganhar a São Silvestre". E, rindo, agregou: "Votês ainda não viram. Um dia desses o ganhador da

corrida vai ser um lixeiro...".

Além da maratona diária, os coletores em geral não recebem material de proteção, como botas e luvas. O contato com o lixo provoca as mais diversas enfermidades. E os convênios são instruídos para não liberar o dia do trabalhador enfermo. Isto só ocorre em casos graves. Em decorrência, como o coletor não consegue manter o pique, principalmente quando doente, acaba sendo despedido. A rotatividade da mão-de-obra cresce. E com ela o lucro dos patrões já que o recém-contratado sempre recebe menos.

Os problemas não param por aí. Os lixeiros são transportados para a empresa e dela para casa nos mesmos caminhões que coletam o lixo, "como se a gente fosse gado", completa o motorista.

Ninguém tem direito nem de se alimentar

A exemplo dos bóias-frias, eles não têm onde se alimentar. A empresa não se preocupa com refeitório. Cada um traz sua marmita "que come onde dá e na hora que dá", afirma o motorista. E com frequência não dá nem para lavar a mão antes de comer.

Diante de um quadro como esse a greve não é de causar surpresa. Principalmente quando se examina os salários da categoria: em média, Cr\$ 1 mil por mês. Os salários mais altos, em geral dos funcionários públicos, ligados diretamente à prefeitura, situam-se em torno de Cr\$ 2.500...

A Enterpa conseguiu dois caminhões de migrantes nordestinos para substituir os grevistas. Como afirmou o varredor, "o pessoal desntrido, sem experiência, não agüentou o tranco. Boa parte deles pediu demissão no primeiro dia. Isso mostra que o trabalho não é mole.

Mesmo a gente, que está acostumado, não agüenta o tranco. Todo mundo sonha em encontrar um trabalho melhor e largar isso aqui. Afinal, trabalhamos numa arremedo de empresa, sem nenhuma estrutura para estimular a gente. E o resto é isso aí todo dia: varrer, limpar, correr atrás do caminhão até que um dia "estoura", se arrebeta prá valer. Precisamos mudar essas condições. Pelo menos melhorar o salário...".

(Olívia Rangel)

Vassouradas do prefeito nos cortiços

A vassoura de Jânio está funcionando à todo vapor para "limpar" os favelados e encortiçados de algumas zonas nobres da capital. No final de dezembro expulsou os favelados do bairro Cidade Jardim, sob aplausos dos proprietários das ricas mansões e protestos dos retirantes. Foram colocados em minúsculas habitações de 24 metros quadrados, em local deserto, sem escola e meios de transporte. No dia 13 foi a vez dos moradores dos cortiços das ruas da Assembléia e Jandaia que começaram a ser transferidos para o distante bairro de Guaianazes.

Mais de 500 famílias de trabalhadores serão desalojadas

A maneira de agir do prefeito é bem peculiar. No caso dos moradores dos 22 casarões desapropriados pela Prefeitura, nas ruas da Assembléia e Jandaia, onde moram cerca de 500 famílias, ninguém foi ouvido até que chegasse a ordem de despejo. Jânio simplesmente mandou "eliminar esses pardieiros infectos, chaga escandalosa no centro da cidade".

O "pardieiro infecto" referido pelo prefeito é um conjunto de casarões de três a quatro andares construídos no início do século e habitadas por famílias abastadas até meados da década de 60. Em 1967 a prefeitura desapropriou aquelas casa para construir um anel viário que ligaria as avenidas 23 de Maio com a Radial Leste.

Pouco a pouco famílias de migrantes foram ocupando os prédios vazios. Cada andar sofreu uma série de sub-divisões a fim de acomodar o maior número possível de famílias, sem as mínimas condições sanitárias. O ambiente interno é abafado, úmido e fétido e o lixo muitas vezes é despejado pela janela dos andares superiores. As crianças brincam no meio da imundície de toda espécie. Os resquícios de opulência mal aparecem nas fachadas bem trabalhadas dos casarões.

Apesar de viverem num total desconforto, ninguém quer sair dos cortiços para ir morar a 37 quilômetros do centro da cidade. Uma moradora explica: "Lá é pior do que aqui. É muito longe, não tem escola e não há trabalho



Foto: Alilton S. Leite

Começou o despejo na rua da Assembléia. Maria Odete com a família: não sabe para onde vai por perto".

Há tempos que os moradores vivem numa situação tensa, sem saber o que lhes acontecerá no dia de amanhã. "Faz 12 anos que moro aqui e desde o começo tá esse negócio de derruba e não derruba", diz revoltada Maria Odete Benedito, mãe de sete filhos, avó de um netinho que vive com ela. A sua salvação é morar nesta casa da prefeitura e não ter que pagar aluguel. Ela não pode trabalhar porque sofre do coração, o marido recebe uma pensão-invalidez no valor de um salário-mínimo e dois filhos que trabalham ajudam no orçamento doméstico. "Votei no Jânio e me arrependi", diz ela, que promete lutar para não sair dali.

"Acho que eles vão jogar a gente pra debaixo do viaduto"

Um dos motivos que levam os moradores a preferirem morar neste local é a sua localização no centro da cidade, o que facilita o acesso ao trabalho. Márcia Borges, mãe de quatro filhos, explica: "Meu marido trabalha de por-



Foto: Alilton S. Leite

teiro, ganha salário-mínimo e não tem condições de pagar ônibus". Este é um problema comum apontado por outras famílias. Margarida Maria da Silva, dois filhos, trabalha em limpeza à noite e é enfática: "Se for pra sair daqui prefiro voltar pro Recife".

Francisco de Assis Mota, dono de uma pequena venda, comenta: "Faz tempo que eles falam em derrubar estas casas, mas depois que o Jânio entrou na Prefeitura a coisa piorou". Por isso que a maioria dos moradores que ajudaram a eleger Jânio, se arrependeu amargamente. "Votei nele e não sei porque ele está fazendo tanta malvadeza", responde desiludida Maria do Socorro Ribeiro, há 10 anos morando na rua da Assembléia. Um outro morador,

Wilson Ferreira dos Santos, dono de um boteco, fala: "Tá todo mundo sossegado aqui e se derrubar as casas vou perder o meu ganha-pão. É uma falta de consciência do prefeito".

As famílias sabem que se ali está ruim, pior ficará se saírem. Rubens Eduardo Ferreira, 21 anos, faz "bicos" como encanador e à noite puxa uma carroça catando papelão pelas ruas para sustentar a esposa e um filho de seis meses de idade. Ele mora há 8 anos num cômodo do primeiro andar de um casarão, lugar úmido e abafado, junto com outras 11 pessoas: irmãs, cunhados e sobrinhos. Rubens olha para o filho dormindo no sofá rasgado e diz pessimista: "Eu acho que eles vão jogar a gente debaixo do viaduto".